

## 5 Conclusões

Os resultados da análise das ocorrências do corpus possibilitaram a abordagem de várias observações teóricas apresentadas no capítulo 2. A seguir, apresentaremos as conclusões que podem ser tiradas a partir dos resultados do corpus. Inicialmente, tratamos de aspectos ligados à descrição do diminutivo: em primeiro lugar, ainda que muito brevemente, no tocante a seus aspectos formais apresentados nos capítulos 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3, e, em segundo, com mais detalhes, no tocante a seus aspectos semânticos e pragmáticos revelados pelo corpus e as conseqüências destes para a descrição do diminutivo. A partir dos aspectos relativos ao significado do diminutivo, observaremos, ainda, as considerações da pesquisa para a questão da interface entre as dimensões semântica e pragmática na descrição lingüística.

### 5.1 Contribuições da análise de corpus para as questões descritivas de ordem da forma

#### 5.1.1 Alternância dos elementos formadores

Em relação à questão de alternância dos elementos formadores do diminutivo, o nosso corpus apresentou exemplos das duas variantes do sufixo diminutivo, *-inho* e *-zinho*, sem possibilidade de distinção de diferenças no plano de significação entre essas duas formas. Os resultados do corpus correspondem às proposições apresentadas no capítulo 2.1.1: a ocorrência do sufixo *-inho* ou *-zinho* corresponde antes de tudo às exigências colocadas pelos ambientes fonológicos. Eventualmente, foi possível observar alguma variação correspondendo ao estilo pessoal do falante. Por exemplo, foram encontradas as formações *lanchinha* e *lanchazinha*, as duas usadas em referência à palavra *lança* no sentido de um tipo de embarcação:

(59)

A. *Entre o barco e a ve... e a, a barca.*

**B.** *Aquela **lanchinha**? Aquela lancha é interessante também. Transporta com rapidez mas leva menos, eh, vamos dizer assim, a, a lotação é bem menor, né? Eu acho que a velha barca ainda gastando daqui a Niterói uma meia hora, né?*

(60)

**A.** *O senhor tem barco?*

**B.** *Tenho, tenho uma **lanchazinha**, né?*

Outras ocorrências de variação entre *-inho* e *-zinho* encontradas no corpus incluem, por exemplo, as seguintes formações: *creminho / cremezinho*; *musiquinha / musicazinha*; *maquininha / maquinazinha*.

### 5.1.2 As bases possíveis

Quanto à questão da legitimidade das bases, apesar de não incluídas na análise propriamente dita, foram detectadas, na fase da “limpeza” das listas de concordância, formações a partir de uma variedade de classes lexicais, como foi previsto no capítulo 2.1.2.

Diminutivos formados a partir de adjetivos: *ruinzinha, tortinho*.

Diminutivos formados a partir de advérbios: *maiorzinho, cedinho*.

Diminutivos formados a partir de pronomes: *outrozinho, tudinho*.

Diminutivos formados a partir de numerais: *umazinha*.

No corpus não foram detectados diminutivos formados a partir de verbos. No entanto, formações a partir de participípios passados, que constituem um caso limítrofe entre a classe de verbos e a classe de adjetivos, abundam no corpus, por exemplo: *falsificadinho, organizadinho, trabalhadinho, tostadinho*, etc.

### 5.1.3 Derivação versus flexão

Por fim, o corpus, por apresentar uma grande variedade de usos expressivos, avaliativos, estilísticos e estratégicos das formações diminutivas, aponta para a natureza derivacional do processo envolvido, explicitada no capítulo 2.1.3. Em vez de um processo flexional paradigmático, trata-se de um processo

derivacional, de formação de palavras. As formas derivadas servem a uma variedade de finalidades comunicativas, manifestando a natureza antes de tudo expressiva do mecanismo envolvido. Desta maneira, é obviamente inadequado descrever o processo de formação de diminutivos como “flexão de grau”, ligada apenas à dimensão gradativa dos objetos. Por outro lado, não se trata de um processo prototípico de derivação. De fato, vista a dificuldade de estabelecer critérios precisos segundo os quais uma distinção clara entre a flexão e a derivação, consideradas por muitos como os dois principais processos morfológicos, possa ser delineada, podemos nos perguntar se a dificuldade de posicionamento do diminutivo no sistema gramatical não deriva do fato de o próprio sistema morfológico ser equívoco e necessitar de uma definição mais robusta. Como observou Stump (1998, p.19), a legitimidade teórica da distinção entre flexão e derivação é ela mesma uma questão fundamental, e ainda em aberto. No entanto, esta seria matéria para uma outra tese.

## 5.2

### **Contribuições da análise de corpus para as questões descritivas de ordem do significado**

Como já foi sinalizado, optamos, no âmbito dessa pesquisa, pela análise de ocorrências (*tokens*) e não de tipos (*types*) de elementos pesquisados no corpus. É claro que essa escolha traz algumas conseqüências para os resultados. A escolha da análise de ocorrências se deu devido ao fato de uma única formação diminutiva poder sinalizar valores diferentes em contextos e cotextos diferentes, o ponto principal da nossa tese. Se tivéssemos optado por um cálculo por tipo, a decisão sobre o valor veiculado por uma formação que se repete no corpus resultaria necessariamente em uma escolha arbitrária. Por exemplo, o corpus apresentou 14 ocorrências da forma *casinha*: em algumas delas, o valor veiculado foi de uma casa de tamanho pequeno em termos concretos, em outras, a forma diminutiva foi usada para transmitir diferentes julgamentos de valor em relação à casa em questão. No entanto, dada a alta freqüência dos mesmos tipos principalmente no sub-corpus “Conversas no serviço de atendimento”, no qual as formações *carteirinha*, *minutinho*, *momentinho* e *instantinho* se repetem, é possível que a escolha pela análise de ocorrências tenha influenciado o resultado desse arquivo de forma mais acentuada do que dos outros sub-corpora. Por outro lado, dado que

se trata de um corpus de tamanho respeitável, nem a repetida ocorrência de um mesmo tipo chega a influenciar o resultado final de forma demasiadamente significativa. No entanto, em uma etapa posterior da pesquisa, poderia ser interessante efetuar uma análise em termos de tipos para fins de comparação.

### 5.2.1

#### Conclusões sobre o caráter periférico da noção de pequenez

Os resultados do corpus evidenciam que a diminuição do tamanho da entidade referida é na verdade um aspecto periférico no potencial de significação do diminutivo pelo menos na língua falada. A partir disso, pode-se esperar que em português do Brasil, para a finalidade de sinalização da noção de pequenez empreguem-se outros mecanismos. Esses podem envolver construções analíticas com o adjetivo *pequeno*, assim como outras expressões equivalentes.

Há autores que salientam o caráter avaliativo das formações diminutivas até quando denotando objetos pequenos, resultando na preferência pelo uso das construções analíticas. Por exemplo, Alonso (1967) cujo trabalho constitui um marco para os estudos do diminutivo em geral, observou o seguinte sobre o diminutivo em espanhol:

“Com relação ao sentido de “diminuição de tamanho”, deve-se acrescentar que, apesar de se adotar a denominação de diminutivo, esta é, de longe, a sua função menos freqüente, tanto na língua escrita, como na oral; qualquer inventário convencerá o leitor de que o uso mais abundante do diminutivo é o das funções emocional, representacional e ativa, de que logo falaremos. Quando o sentido central é realmente o de diminuição, costuma-se insistir na idéia de pequenez com outros recursos (*uma casinha pequena, uma coisinha de nada* etc.). É raro, ainda que perfeitamente idiomático, atribuir exclusivamente ao diminutivo a idéia de tamanho reduzido.”

(Alonso, 1967, p.163, tradução de Rocha, 2003, p.222)

Novais (2002), em referência ao português do Portugal, chegou à mesma conclusão e observa o seguinte:

“A diminuição operada pelos sufixos diminutivos é mais subjectiva do que a dos adjectivos, porque os sentidos centrais daqueles são influenciados por valores conotativos que se lhes sobrepõem. Assim, quando querem usá-los no sentido estritamente literal, os falantes

rebatem a idéia de pequenez com perífrases ou servindo-se da comparação.”

(Novais, 2002, p.35)

Apesar do resultado da nossa análise de corpus ter apontado para uma ocorrência menor do diminutivo na sua função de sinalização de tamanho pequeno, acreditamos que precisa-se mais fundamentos empíricos para confirmar ou rejeitar a hipótese levantada pelos autores citados. De fato, a análise é plausível em vários sentidos: dado que as formações diminutivas vêm tão freqüentemente acompanhadas de valorações avaliativas, o uso delas na função de diminuidor quantificacional fica bastante restrito. Poderíamos assumir que, dada a grande produtividade dos valores avaliativos no sufixo *-inho*, seria mais “seguro” para os falantes optarem por outros recursos, na maioria das vezes lexicais, quando querem sinalizar valores ligados estritamente à noção de tamanho. Esse fenômeno poderia até ser comparado com o mecanismo de bloqueio<sup>1</sup> das regras morfológicas: dada a relevância maior da dimensão pragmática no sufixo *-inho*, os diminutivos sintéticos seriam reservados para sinalizar noções avaliativas, bloqueando, de certa forma, o seu uso em situações que requerem referência apenas às noções semânticas dimensionais: nessas situações, construções analíticas seriam preferidas, ou então a interpretação em termos dimensionais seria sinalizada de alguma outra forma, por exemplo, através da co-ocorrência do adjetivo *pequeno*. Por outro lado, podemos também observar um bloqueio geral das formações diminutivas em linguagem formal: a dimensão de coloquialidade do diminutivo bloqueia o seu uso em contextos mais formais. Apesar de a hipótese se apresentar bastante interessante, não é possível confirmá-la ou rejeitá-la em termos definitivos no âmbito desse estudo uma vez que a distribuição e as características das ocorrências de diminutivo analítico não foram analisadas no nosso corpus. Contudo, acreditamos que a distribuição e a relação entre as formações analíticas e sintéticas formariam um objeto interessante de estudo para uma pesquisa posterior, com base em um corpus compilado para este fim.

---

<sup>1</sup> Para o conceito de bloqueio em mais detalhes, ver Aronoff (1976).

### 5.2.2

#### Conclusões sobre a adequação dos diferentes modelos descritivos

Como vimos no capítulo 2, até autores que reconhecem a relevância de uma variedade de valores e funções outros do que a noção de tamanho pequeno no diminutivo, como, por exemplo, Jurafsky (1996), Novais (2002) e Silva (2006), optam pelo posicionamento do sentido espacial de diminuição de tamanho no centro da estrutura semântica do diminutivo nas suas proposições descritivas<sup>2</sup>. Os três autores citados representam abordagens cognitivas à estrutura semântica do diminutivo, e apresentam modelos descritivos em termos de categorias radiais. No entanto, apesar de reconhecermos o valor e o poder descritivo do modelo radial, sobretudo pela sua capacidade de inclusão, no mesmo modelo, tanto dos valores centrais como dos mais periféricos, assim como de estabelecer motivações entre os diferentes valores que, muitas vezes, podem ser até antagônicos, acreditamos que a evidência empírica fornecida pelo nosso corpus aponta tão fortemente para a relevância dos valores outros que o dimensional que devemos repensar a centralidade dessa noção e buscar caminhos alternativos para a descrição do diminutivo em português do Brasil.

Dado que nós assumimos um compromisso com as pressuposições de um estudo de corpus, devemos concordar com Philip (2003) ao salientar que não importa o quão inconvenientes sejam os dados do corpus em relação às proposições teóricas anteriores, não se pode ignorar o que eles dizem sobre o objeto de estudo. Os nossos dados indicaram um caráter periférico da noção de tamanho pequeno no uso do diminutivo, e apontaram para a relevância pragmática muito maior desse processo do que é previsto em estudos anteriores. Sendo assim, nós nos encontramos em uma situação que não permite a formulação de uma proposta descritiva do potencial de significação do diminutivo em termos de uma idéia central e essencial ligada à noção de tamanho reduzido, como se vê normalmente em estudos sobre o diminutivo. Fica evidente que, mesmo que a idéia de tamanho pequeno seja considerada, por muitos, como o mais “central” ou “essencial”, isso não se deve ao fato dele ser o mais usado. De alguma forma esse uso é considerado como prototípico, e continua sendo no nosso imaginário. No entanto, como foi observado por Philip (*ibid.*, p.119), a evidência trazida pelos

---

<sup>2</sup> Jurafsky (1996) coloca os conceitos [criança] e [pequeno] no centro da estrutura semântica do diminutivo. Para Novais (2002) e Silva (2006), o conceito [pequeno] ocupa a posição central.

dados reais do uso da língua pode provocar uma reviravolta, e isso de fato aconteceu com a nossa pesquisa: a noção “mais prototípica” se manifestou como a menos usada.

Em nossa proposta, classificamos os dados do corpus em dois pólos, tendo, desde o início, como princípio diretor da pesquisa o objetivo de evitar os problemas inerentes às abordagens que procuram (a) classificar os dados de um corpus em classes pre-determinadas ou (b) criar categorias e subcategorias *ad infinitum*, para dar conta de todas as nuances que poderiam ser atestadas. Há várias tentativas de formalização e classificação dos usos e funções possíveis do diminutivo em várias línguas, como já vimos, por exemplo, com Ezarani (1989) e Gonçalves (2006), cada um propondo quatro categorias para os valores do diminutivo em português do Brasil e com Malheiros-Poulet (1986), com as suas cinco categorias. Uma classificação mais detalhada é fornecida por Bartens & Sandström (2006) para o diminutivo em espanhol e italiano, com a distinção das seguintes dez categorias: “Diminutivo”; “Carinho”; “Insignificância”; “Intensificação”; “Eufemismo”; “Humor”; “Ironia”; “Pejoratividade”; “Poco” e “Comida”. Novais (2002) oferece uma classificação mais detalhada ainda para o português europeu, com um complexo sistema de subcategorias: por exemplo, a função de “Apreciação” é subdividida em “Afecto”, “Hedonismo” e “Estética”, sendo a subcategoria “Afecto” ainda subdividida em “Carinho”, “Compaixão” e “Atenuação”.

Não temos dúvida que o sufixo *-inho* apresente a maioria das funções previstas nas classificações presentes na literatura sobre o diminutivo, e até mais, dado que sempre aparecem ocorrências que não se encaixam nas categorias pré-estabelecidas. Apesar da inegável contribuição desse tipo de abordagens para o entendimento do potencial semântico e pragmático do diminutivo, a classificação em diversas subcategorias envolve uma série de questões, a mais evidente sendo a dificuldade de definir as fronteiras entre as categorias, assim como a variação na rotulação das categorias estabelecidas. Onde traçar o limite entre as funções de atenuação, mitigação e suavização, por exemplo, rotulações frequentemente encontradas nas descrições do diminutivo? Como definir, por exemplo, conceitos como ‘humor’, ‘ironia’, etc.? É importante lembrar também que a interpretação das ocorrências é inevitavelmente subjetiva e a atribuição delas em subcategorias sempre poderá ser contestada por um outro pesquisador.

Na nossa pesquisa, em vez de tentar estabelecer subcategorias para todos os valores detectados no corpus, optamos por uma divisão em termos mais amplos, entre dois pólos extremos: pólo semântico reagrupando as ocorrências nas quais o diminutivo veicula a noção de tamanho reduzido, e o pólo pragmático reagrupando todas as outras funções possíveis, de ordem pragmática. Na verdade, levando em consideração as contribuições das pesquisas de Fradin (2003), Basílio (2004) e Alves (2006), entre outros, seria possível também efetuar uma distinção dentro do pólo pragmático entre os usos avaliativos e estratégicos, ou seja, entre os casos nos quais o diminutivo opera na relação do falante com o referente, e os casos nos quais o diminutivo opera na relação entre os interlocutores. De qualquer maneira, independentemente do número dos pólos estabelecidos, acreditamos que a melhor proposta para a descrição dos aspectos semânticos e pragmáticos do diminutivo em português do Brasil se dá em um modelo de pólos: ou em termos de um modelo bipolar como é o caso da nossa pesquisa, ou em termos tripolares, conforme apresentado no capítulo 2.2.2. Um modelo polar se apresenta como o mais adequado no caso do diminutivo, dado que dá conta da unicidade do fenômeno e da diversidade dos fatos, sem a necessidade de estabelecer um único sentido subjacente para todos os usos possíveis. Tanto os modelos abstracionistas como os modelos radiais devem lidar com a necessidade de estabelecer um único sentido como primário e essencial, este sentido sendo abstrato em algumas abordagens, concreto em outras, e depois tentar estabelecer as conexões entre esse sentido primário e os diversos sentidos derivados. Em um modelo que se organiza em pólos, não há esta imposição arbitrária. A unicidade do fenômeno vem da estrutura morfológica do português do Brasil: um único elemento morfológico é usado para dar conta tanto da função de sinalização da dimensão reduzida da entidade referida como das funções de ordem pragmática. A descrição das funções diferentes através de uma estrutura consistindo de pólos interligados mantém essa unicidade e evita os problemas das abordagens construtivistas e homonímicas, que postulam vários sufixos distintos para dar conta dos diferentes significados. A legitimidade do pertencimento das diferentes funções atestadas a uma única categoria se dá através da noção de protótipo: todos os membros são legítimos, mesmo que uns sejam considerados mais típicos ou “centrais” do que outros.

Outra vantagem de um modelo polar e da adoção da noção de prototypicalidade para a categorização é que não precisamos colocar como central,



nem negar a existência da noção de tamanho pequeno na descrição do diminutivo: esta noção está, sim, presente e de fato encontramos 277 casos no nosso corpus onde ela se mostrou a mais relevante. O que queremos fazer é salientar que nem sempre é esse o aspecto que é perfilado no uso que se faz do diminutivo. Na verdade, como mostraram os resultados do corpus, sua utilização é menor.

De uma forma geral, o conceito de pólo é bem útil dado o seu caráter difuso. Como sabemos, ao teorizar sobre a linguagem, o estabelecimento de categorias rígidas é sempre problemático. Na verdade, isso se aplica até para a distinção entre conceitos como ‘língua oral’ e ‘língua escrita’: é fácil perceber que a língua escrita usada nos contextos de *chat*, *e-mail* etc. se assemelha muito mais à língua oral do que à língua escrita convencional. A questão da relação entre a língua oral e a língua escrita vem à tona de forma fundamental também nas conclusões da nossa pesquisa: a partir dos resultados do corpus, não há dúvida que a dimensão pragmática do diminutivo é bem mais relevante. No entanto, a nossa pesquisa se focalizou na língua oral exclusivamente, além de considerar unicamente formações com bases substantivas. A escolha pela análise da língua oral foi feita na pressuposição de que a língua oral nos proporcionaria um número maior de dados, visto que os diminutivos não são aceitos na língua formal escrita. Ainda assim, por esses motivos, não podemos teorizar, no âmbito da presente pesquisa, sobre as características da categoria do diminutivo *-inho* como um todo, mas devemos nos perguntar qual seria a distribuição das ocorrências entre os dois pólos se o nosso corpus fosse compilado de textos escritos. Na verdade, uma pesquisa anterior da nossa autoria (Turunen, 2003) aponta para uma maior relevância do pólo pragmático também em corpus escrito: numa análise de estratégias de tradução do diminutivo *-inho* para francês e finlandês, baseada em corpus literário de Jorge Amado, apenas uma pequena fração (15 %) das ocorrências diminutivas se apresentaram veiculando a noção de tamanho reduzido do referente. No entanto, dado que esta pesquisa se baseou em um corpus relativamente conciso e consistindo de apenas um gênero discursivo, acreditamos ser esse um tema relevante para ser desenvolvido em escala maior em futuros passos da pesquisa: uma análise da distribuição das ocorrências diminutivas entre os dois pólos em um corpus escrito representativo e consistindo de vários gêneros discursivos para fins de comparação com os resultados da presente pesquisa

forneceria sem dúvida aspectos interessantes sobre o diminutivo no português do Brasil.

Um outro aspecto a ser desenvolvido nos passos posteriores da pesquisa é a distribuição e as características do diminutivo em diferentes categorias lexicais. Por exemplo, é de esperar que a função de intensificação seja bastante recorrente nos diminutivos formados de adjetivos e advérbios. A partir de um corpus maior, considerando os diminutivos formados de todas as bases possíveis, apresentando um mapeamento das funções apresentadas e a distribuição dessas funções conforme a categoria lexical da base, poderíamos investigar se surgiriam macro-grupos a serem destacados, tomando, contudo, cuidado de não cair na armadilha de criação de categorias *ad infinitum*. Também, a questão da função denominadora, excluída do âmbito dessa pesquisa, mereceria ser desenvolvida: seria interessante observar quais são os critérios subjacentes da utilização do diminutivo para a denominação de novos referentes.

A partir de uma pesquisa incluindo os aspectos acima mencionados, pretendemos, nos passos próximos da pesquisa, aventurar para uma descrição mais geral da categoria ‘diminutivo’.

### **5.3 Contribuições do corpus para a questão da interface Semântica – Pragmática**

Dado que a noção semântica de tamanho pequeno se apresentou como apenas uma pequena fração do potencial de utilização do diminutivo, devemos aceitar a dimensão pragmática como uma parte integrante na descrição desse processo morfológico. Esse ponto nós leva de volta para a questão de interface semântica – pragmática, introduzida no capítulo 3.1.

Podemos afirmar, junto com Novais (2002, p.15), que a descrição semântica de uma categoria não pode deixar de levar em consideração as condições da sua utilização: os atos de linguagem em que se utiliza, quem fala e/ou para quem se fala, de que se fala, para que se fala, em que circunstâncias se fala. Novais observa que “estando integrada na estrutura interna da língua, a dimensão pragmática faz parte também da sua gramática”.

Evidência trazida pelos estudos em aquisição da linguagem aponta também para a relevância da dimensão pragmática na estrutura do diminutivo. De

Marco (1998, p.189), no seu estudo sobre a aquisição de diminutivos em italiano, mostrou que as crianças adquirem os valores pragmáticos do diminutivo antes do valor semântico de tamanho pequeno. Os resultados da autora apontaram também para a formação de diminutivos como um dos primeiros padrões morfológicos adquiridos por crianças. O mesmo tipo de evidência tem sido encontrado por outros autores e para outras línguas, como, por exemplo, Thomadaki & Stephany (2007) em grego. Savickiene & Dressler (2007, p.4) consideram a evidência sobre a aquisição primária dos aspectos da pragmática como forte índice da prioridade da pragmática no significado do diminutivo. Desta maneira, Savickiene & Dressler se posicionam entre os autores que consideram os significados pragmáticos ligados à situação de fala como básicos, em contraste com a maioria dos pesquisadores, que, como já vimos, independentemente da língua em questão (cf. Grandi, 2002; Kiefer, 2004), consideram a pequenez como o significado básico do diminutivo e tratam das conotações associadas com emoções e avaliações como extensões desse significado básico.

Os dados do nosso corpus mostraram que vários aspectos relativos às trocas interacionais entre os interlocutores são gramaticalizados no sufixo *-inho*. Logo, esses aspectos, de ordem pragmática, formam uma parte integrante da sua estrutura e não devem ser considerados como elementos extralingüísticos. Nisso, podemos concordar com Dascal (1982, p.16) na sua observação sobre a competência lingüística também exigir do falante a capacidade de explorar de forma sistemática os diversos elementos que constituem um contexto de enunciação. Levinson (2003, p.8) compartilha a mesma visão, observando que há fatores contextuais que são diretamente codificados pela estrutura da língua, tornando difícil o delineamento da tradicional fronteira entre a competência entendida como a gramática independente de contexto e o desempenho entendido como o uso da gramática, dependente de contexto. Para exemplificar o seu ponto, Levinson cita o exemplo em inglês de *dog - doggie* ('cachorro' – 'au-au'), fornecido, mesmo que involuntariamente, por Katz (1977), e evidencia que aspectos pragmáticos, tais como, nesse caso, a avaliação sobre quem seria o destinatário adequado para o uso de uma determinada forma (no caso de *doggie*, uma criança), podem na verdade já vir codificados na linguagem.

Considerando os resultados da análise de corpus da nossa pesquisa, apoiados pela evidência proveniente da aquisição da linguagem, podemos nos

juntar a Levinson (2003) e Dascal (1982) e concluir que do ponto de vista da morfologia lexical a inclusão da dimensão pragmática dentro da Linguística é necessária. Como tem salientado o paradigma cognitivista desde o início, a Pragmática tem o seu lugar dentro da Gramática, e não deve ser tratada como um fenômeno extralingüístico. Muitas vezes, fatores pragmáticos são diretamente codificados nas estruturas lingüísticas. Em vez de tratar da Pragmática como um campo “complementar” e “marginal” na descrição lingüística, esperamos ter trazido evidência a favor de uma posição que justifica a sua relevância na descrição tanto de elementos lexicais como gramaticais.

## 5.4

### Considerações finais

O ponto mais difícil no desenvolvimento de uma tese de doutorado deve ser conseguir colocar um ponto final para o trabalho. Ao decorrer da pesquisa, tantas questões novas surgem que precisa-se de bastante auto-disciplina para resistir à tentativa de abordar, pelo menos brevemente, todas elas. Como já foi mencionado, vários aspectos interessantes e diretamente ligados aos objetivos dessa pesquisa ficaram para passos posteriores. E inúmeros outros, não necessariamente tão diretamente ligados aos objetivos específicos da nossa pesquisa, mas sem dúvida de grande interesse e para os quais tínhamos inspiração durante a efetuação dessa tese, estão aguardando na fila. Por exemplo, a partir dos resultados da nossa análise, podemos sugerir que não apenas o léxico, mas também a morfologia de uma língua pode refletir valores culturais dos falantes dela. Como já foi observado por vários autores (p.ex. Travis, 2005; Company Company, 1998; Wierzbicka, 1988), os conceitos freqüentemente usados numa determinada língua se lexicalizam e gramaticalizam, e um dos fatores motivadores mais importantes da freqüência de uso é a saliência cultural. Desta maneira, poderíamos interpretar a freqüência das formações diminutivas no serviço de facilitação das relações interpessoais e nas tentativas de transformar situações formais em mais informais como evidência de valores culturais mais profundos. Este aspecto do diminutivo *-inho* em português do Brasil foi observado, ainda que brevemente, por Turunen (2008). Uma análise mais profunda do diminutivo *-inho* como manifestação da identidade e da cultura subjetiva brasileira seria um tema

interessante para ser abordado. Também a observação da ocorrência dos diminutivos na fala de homens e mulheres seria de grande interesse dentro de nosso enfoque, visto que o tema foi amplamente explorado em pesquisas sociolingüísticas. Muitas vezes, constata-se que as formações diminutivas são típicas e freqüentes sobretudo na fala das mulheres, apresentando-se mais raras na fala dos homens. No entanto, quem já não ouviu um homem referindo aos seus objetos de apreciação em diminutivo: *cervejinha*, *cachacinha*, *carrinho*, etc. A investigação desse tema em corpora grandes poderia revelar aspectos de interesse sobre a ocorrência das formações diminutivas na fala dos homens.

Devemos atribuir às restrições temporais, constantemente presentes na efetuação de uma pesquisa desenvolvida no formato de tese de doutorado, o crédito de resolver o problema de quando colocar o ponto final para o trabalho. Ironicamente, parece ser justamente na hora que chega o prazo da entrega da tese que o estudante se sente em condições de começar a desenvolver algo de interesse para o seu campo de pesquisa. Essa é a situação também dessa particular tese: a partir da pesquisa desenvolvida até agora, várias novas perguntas surgem, mas a vontade de atendê-las tem que ser contida e um ponto final colocado.

Nessa fase da nossa pesquisa, podemos, contudo, já concluir que em português do Brasil, o diminutivo sintético, formado a partir do sufixo *-inho*, é antes de tudo um mecanismo expressivo. Apesar de apresentar uma variedade de funções diferentes, trata-se de um só sufixo. É possível que este tenha a sua origem na idéia de pequenez, ou na idéia de criança, ou em algum outro conceito concreto ou abstrato. No entanto, como não temos como confirmar ou rejeitar as hipóteses sobre a origem do diminutivo, nem nos posicionar sobre a questão se o seu uso dimensional foi o primeiro a partir do qual os usos afetivos e avaliativos se derivaram, ou vice versa, consideramos essa questão de relevância secundária. O que interessa, do ponto de vista de descrição sincrônica desse processo, é que o diminutivo formado pelo sufixo *-inho* apresenta um grande número de usos que não se limitam à noção semântica de tamanho reduzido, mas envolvem uma variedade de funções de ordem pragmática. Para dar conta da diversificação dos usos do *-inho*, há várias possibilidades de descrição. No entanto, são todas apenas tentativas. Isso é característico para a teorização em Lingüística: nunca temos como saber qual é “a verdade”, já que estamos destinados a observar as coisas “do dentro”. Dada a nossa posição prejudicada como observadores objetivos da

língua, já que a usamos para a nossa reflexão sobre ela mesma, devemos tentar pensar em maneiras mais objetivas e cientificamente sólidas possíveis para podermos teorizar sobre aspectos da língua. Nesse contexto, acreditamos que apoiar-se em evidência empírica seja uma boa alternativa. Sendo assim, os recursos metodológicos oferecidos pela Linguística de Corpus são especialmente úteis e bem-vindos.

No caso dessa tese, o método empírico confirma que em português do Brasil, o sufixo *-inho* é um sufixo de caráter ao mesmo tempo *polissêmico* e *multifuncional*, e um modelo que considera uma distinção entre o pólo semântico e o pólo pragmático é capaz de ressaltar os aspectos mais interessantes do seu potencial de significação e utilização.